

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ARLEY DA COSTA SILVA

O VALOR DOS RECURSOS RENOVÁVEIS NA GUERRA DOS SEIS DIAS (1967):

A influência hídrica na conquista israelense das Colinas de Golã

Rio de Janeiro

2023

CC ARLEY DA COSTA SILVA

C-EMOS 2023

O VALOR DOS RECURSOS RENOVÁVEIS NA GUERRA DOS SEIS DIAS (1967):

A influência hídrica na conquista israelense das Colinas de Golã

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.
Orientador: CC Marcelo Lobo dos Santos.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado força e saúde até aqui, me ajudado a suportar os grandes desafios enfrentados, me mantendo focado e tranquilo para alcançar o êxito.

Aos meus pais, Alzira e Hiran (*in memoriam*), agradeço a dedicação e os ensinamentos que me deram a segurança para ir em busca do meu próprio caminho. O amor, a educação e os valores transmitidos a mim e a meus irmãos foram a base em que me finquei para crescer. Aos meus irmãos, agradeço o companheirismo e ajuda a mim dada sempre que a precisei.

À minha amada esposa Débora e minhas filhas Amanda, Alice e Aline, que são os amores da minha vida e a razão pela qual levanto todas as manhãs, agradeço o apoio, o incentivo e a paciência durante essa árdua caminhada. Vocês são a fonte da minha energia e o norte da minha derrota.

Ao meu orientador, Comandante LOBO, agradeço a paciência, polidez e camaradagem a mim dirigida. Sua orientação segura e clara foram fundamentais para o bom andamento e conclusão deste trabalho.

RESUMO

É notória a importância que tem sido dada ao meio ambiente nas últimas décadas. Em especial aos recursos hídricos disponíveis no mundo e o seu uso consciente. A possibilidade de sua escassez tem afetado a geopolítica global, concorrendo para a escalada de violência interna aos Estados ou mesmo entre Estados. Nesse diapasão, o objetivo deste trabalho é verificar a aderência entre a escassez ambiental, com foco na deficiência de água, e a tomada das Colinas de Golã por Israel na Guerra dos Seis dias, na moldura temporal compreendida pelo nascimento e estabelecimento do Estado de Israel e o conflito propriamente dito. Para tal, fez-se o confronto entre a teoria e a realidade por meio da análise da Teoria da Privação Relativa de Thomas Homer-Dixon e Jessica Blitt e fatos históricos pesquisados. Por fim, chegou-se à conclusão de que a tomada das Colinas de Golã se deu primordialmente pela sua importância como ponto estratégico localizado entre Síria e Israel.

Palavras-chave: Escassez Ambiental; Guerra dos Seis Dias; Inovações Tecnológicas; Israel; Colinas de Golã; Recursos Hídricos; Teoria da Privação Relativa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A TEORIA DA PRIVAÇÃO RELATIVA.....	9
2.1 ESTUDO, COMPREENSÃO E DESCRIÇÃO.....	9
2.2 TIPOS DE MUDANÇA AMBIENTAL.....	10
2.3 ADAPTABILIDADE.....	13
2.3.1 Falhas de mercado.....	13
2.3.2 Atrito social.....	14
2.3.3 Disponibilidade de capital.....	15
2.4 PRINCIPAIS EFEITOS SOCIAIS.....	15
2.5 A ERUPÇÃO DO CONFLITO.....	17
2.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	19
3 A GUERRA DOS SEIS DIAS.....	19
3.1 ISRAEL E O RIO JORDÃO.....	20
3.2 AS COLINAS DE GOLÃ.....	21
3.3 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	22
3.3.1 O nascimento de israel.....	22
3.3.2 A questão da água.....	25
3.3.3 O conflito.....	29
3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	32
4 A PRIVAÇÃO RELATIVA NO CONTEXTO DA GUERRA DOS SEIS DIAS.....	34
5 CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se notado um aumento na atenção dada a conservação do meio ambiente. Desde órgãos não governamentais até artistas de cinema engajam na preservação ambiental. A preservação ambiental é o conjunto de ações e políticas adotadas para proteger e conservar o meio ambiente, seus ecossistemas e recursos naturais. Seu principal objetivo é evitar a degradação do ambiente natural, minimizar os impactos negativos causados pelas atividades humanas e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

A preservação ambiental é fundamental para enfrentar desafios como a perda de biodiversidade, a poluição, as mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais. Ela representa um compromisso coletivo em proteger o planeta e garantir a qualidade de vida das pessoas, ao mesmo tempo em que se preserva a riqueza natural e cultural que o meio ambiente oferece.

Entre os recursos naturais que são escassos, encontra-se a água. Apesar de aproximadamente 70% da superfície do nosso planeta ser coberta por água, menos de 1% dela é adequada para o consumo humano. Do total de água disponível na Terra, cerca de 97% estão nos oceanos e mares em forma de água salgada, restando apenas 3% como água doce. Dentro dessa pequena porção de água doce, um pouco mais de 2% encontram-se em geleiras, no estado sólido, restando, portanto, menos de 1% disponível para ser utilizado. Esses dados justificam a preocupação mundial com o uso consciente da água para evitar a escassez hídrica.

Por sua vez, essa escassez pode influenciar a geopolítica dos Estados, de forma que ela possa ser o estopim para o surgimento de conflitos internos aos Estados ou entre Estados, por posse ou controle de fontes hídricas para sua sobrevivência.

Face a problemática apresentada, o presente trabalho tem como propósito explicar como a questão hídrica influenciou na inclusão das Colinas de Golã como objetivo militar de Israel por ocasião da Guerra dos Seis Dias. Para a delimitação do estudo será utilizado o período que antecede o nascimento de Israel até sua consolidação como Estado, juntamente com o contexto histórico da Guerra dos Seis Dias ocorrido em 1967 entre Israel e os Estados Árabes Egito, Síria e Cisjordânia. Ao final responderemos a seguinte pergunta: até que ponto os

recursos hídricos influenciaram a decisão de Israel de considerar as Colinas de Golã como um alvo militar durante a Guerra dos Seis Dias?

A referência teórica escolhida é a Teoria da Privação Relativa, desenvolvida por Thomas Homer-Dixon e Jessica Blitt, que explora como a privação em relação a recursos ambientais e socioeconômicos pode desencadear ou perpetuar conflitos e ações políticas entre Estados, contribuindo para a falta de estabilidade.

Para atingir a esse propósito será utilizado como desenho de pesquisa o confronto entre teoria e realidade. Essa abordagem consiste em confrontar as ideias ou suposições teóricas com experiências reais, com o intuito de verificar se as teorias são válidas e capazes de explicar os fenômenos que ocorrem na realidade.

Este trabalho será composto por cinco capítulos, além desta introdução. No próximo capítulo será apresentada a Teoria da Privação Relativa em sua proposta original voltada para a psicologia e logo após a proposta em que é feita uma abordagem voltada ao contexto ambiental, baseado no livro *Ecoviolence: Links among environment, population and security de 1998*.

O capítulo três, mostrará o contexto histórico e geopolítico do Oriente Médio por ocasião do nascimento do Estado de Israel e a importância hídrica e estratégico militar do Rio Jordão e das Colinas de Golã para a região. Será mostrada a questão da água para a região e abordados os motivos que desencadearam a Guerra dos Seis Dias, seu desenvolvimento e término, baseando-se nos livros *História Das Guerras* de Demétrio Magnoli (2006) e *Seis dias de guerra* de Michael B. Oren (2010).

No quarto capítulo será realizado um confronto entre a teoria apresentada e o período histórico abordado, em busca de aderências que respondam o questionamento levantado.

Por fim, a conclusão responderá à questão de pesquisa apresentada se baseando em argumentos teóricos mostrados no decorrer dos capítulos e no raciocínio analítico.

2 A TEORIA DA PRIVAÇÃO RELATIVA

Neste capítulo será apresentada a Teoria da Privação Relativa, amplamente reconhecida não apenas na Psicologia, mas também na Sociologia e principalmente, na Ciência Política. Será realizado um breve estudo de sua história evolutiva, desde sua origem até a abordagem no contexto ambiental, para que o leitor possa entendê-la e se familiarizar com a vertente teórica a ser abordada que se soma a outras teorias inseridas nos campos da psicologia, sociologia e política, cujo objetivo é compreender e explicar ao leitor a ação social, especialmente a ação coletiva da população.

2.1 ESTUDO, COMPREENSÃO E DESCRIÇÃO

A teoria da Privação Relativa foi analisada e desenvolvida por diversos teóricos, nomeadamente por Robert K. Merton¹ na área de Sociologia. Essa teoria propõe que o sentimento de privação ou privação relativa, ocorre quando as pessoas ou grupos comparam suas condições socioeconômicas, políticas ou outros campos específicos, com as de outros grupos e percebem uma desvantagem em relação a eles. Essa percepção de desigualdade pode levar a sentimentos de frustração, injustiça e descontentamento, muitas vezes alimentando tensões e conflitos (MERTON, 1968).

Mas foram Thomas Homer-Dixon² e Jessica Blitt³, no livro *Ecoviolence: Links among environment, population and security* (1998), que analisaram essa teoria sobre a ótica das Relações Internacionais, ligando questões ambientais, Estados/grupos étnicos ou religiosos e os conflitos decorrentes das relações entre estes. Outro autor que segue essa linha é Luiz Soczka que em seu trabalho analisa o conceito de ecoviolência e a define como o tipo de violência

¹ Robert King Merton (1910-2003), foi sociólogo americano cujos diversos interesses incluíam a sociologia da ciência e das profissões, teoria sociológica e comunicação de massa. Autor de *Social Theory and Social Structure: Toward the Codification of Theory and Research* (BRITANNICA, 2019).

² Thomas Homer-Dixon (1956-), teórico e autor de diversos livros como *The upside of down, The Ingenuity Gap*, entre outros. Professor na *Balsillie School of International Affairs* em Toronto (HOMER-DIXON, 2023).

³ Jessica Blitt Conselheira de *public affairs* e *advocacy* no Governo do Canadá.

perpetuada devido à escassez de recursos, desenvolvida por grupos possuidores de algum tipo de laço cultural, étnico, religioso ou outros.

Foi previsto que a vasta maioria, cerca de 90%, do aumento demográfico mundial ocorreria em nações em desenvolvimento, onde a população depende significativamente dos recursos renováveis disponíveis localmente (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Segundo a Organização das Nações Unidas, a população mundial alcançou a marca de oito bilhões de pessoas em novembro de 2022⁴. Tal marca foi alcançada devido ao aumento da expectativa de vida como resultado dos avanços na área da saúde pública, nutrição, higiene pessoal e medicina somados aos elevados níveis de fertilidade em alguns países (UNITED NATIONS, 2022). Essa população aumenta a necessidade de recursos renováveis para sua subsistência, colaborando para sua escassez.

A escassez ambiental abrange tanto a falta de recursos renováveis⁵ quanto de recursos não renováveis⁶. No entanto, quando nos referimos aos recursos renováveis, podemos categorizá-los em dois grupos distintos: aqueles que fornecem bens tangíveis e aqueles que oferecem serviços essenciais. Já os recursos não renováveis, em contraste, são geralmente independentes uns dos outros, enquanto os recursos renováveis são altamente interdependentes, formando um sistema complexo e interligado (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Com isso, o esgotamento de recursos renováveis frequentemente desencadeia consequências imprevistas, podendo levar a efeitos mais graves, complexos e desafiadores de controlar do que o inicialmente previsto (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

2.2 TIPOS DE MUDANÇA AMBIENTAL

A teoria em questão aborda os impactos sociais resultantes da carência de recursos renováveis principalmente em nações em desenvolvimento. Em diversos desses países, vastas

⁴ Dado obtido para atualizar o contido na bibliografia utilizada na pesquisa (UNITED NATIONS, 2022).

⁵ Um recurso natural renovável é aquele que pode ser usado continuamente sem se esgotar rapidamente, ao possuir uma capacidade de se regenerar e se manter de forma rápida (TODA MATÉRIA, 2022).

⁶ Um recurso não renovável, também conhecido como recurso finito, é um recurso natural que não pode ser facilmente substituído naturalmente na mesma velocidade em que é utilizado. Isso significa que, uma vez consumido, não pode ser rapidamente repostado pela natureza (TODA MATÉRIA, 2022).

populações dependem significativamente de terras agrícolas, florestas, fontes de água e pesca locais para o seu bem-estar diário. Em determinadas situações, a escassez desses recursos pode desencadear conflitos violentos (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

A quantidade anual de recursos hídricos renováveis disponíveis é de aproximadamente 43.000 quilômetros cúbicos, dos quais a extração humana estimada para 2025 é de cerca de 5.200 quilômetros cúbicos anualmente (dados de 2021)⁷. No entanto, é importante destacar que existem enormes disparidades na disponibilidade e no consumo de água entre diferentes regiões. Além disso, a qualidade da água em muitos lugares é extremamente ruim e está deteriorando ainda mais (HOMER-DIXON e BLITT, 1998). Esses dados projetam um déficit de água de 40% até 2030 confirmando o aumento da escassez desse recurso natural vital. (“Até 2030 Planeta Pode Enfrentar Déficit de Água de Até 40%, Alerta Relatório Da ONU”).

A má qualidade dos recursos de água doce representa um perigo significativo para grande parte da população mundial. Apesar da aparente abundância de água, problemas sérios persistem tanto em relação à sua qualidade quanto à quantidade disponível para a população global (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

A escassez ambiental da água ocorre não apenas devido ao aumento da demanda e à distribuição desigual desse recurso, mas também é resultado da combinação de escassez “induzida pela oferta”, escassez “induzida pela demanda” e escassez “estrutural”. Em resumo, a escassez ambiental de água é influenciada por diversos fatores interligados que afetam tanto a oferta quanto a demanda desse recurso essencial (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

A escassez ambiental induzida pela oferta, também conhecida como “mudança ambiental”, é resultado da degradação ou esgotamento dos recursos ambientais mencionados anteriormente. A fragilidade do ecossistema desempenha um papel importante na extensão do esgotamento ou degradação causados pelas atividades humanas. Quanto mais sensível for o sistema de recursos, mais rapidamente ele será esgotado ou degradado. Em certos casos, os sistemas de recursos frágeis podem sofrer danos irreversíveis; mesmo que as atividades humanas que causaram a degradação sejam interrompidas, o sistema não terá capacidade de se recuperar (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

⁷ Na bibliografia original os dados são de 1987, porém foram atualizados com dados de 2021 (UNITED NATIONS, 2021).

A escassez ambiental resultante da demanda é originada pelo aumento da população ou pelo aumento do consumo individual desse recurso. Qualquer fator que contribua para o aumento da demanda global por esse recurso, se a oferta permanecer constante, intensifica sua escassez. Em outras palavras, o crescimento populacional ou o aumento no consumo *per capita* do recurso são impulsionadores da demanda que agravam a escassez ambiental (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

A escassez estrutural surge devido à desigualdade na distribuição social de um recurso, o que acontece quando esse recurso está concentrado nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto a maioria enfrenta a escassez. Nesse cenário, a distribuição do recurso resulta em falta e privação para a maioria da população, enquanto apenas uma minoria desfruta de acesso adequado a ele (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Esses três tipos de escassez frequentemente ocorrem simultaneamente e se influenciam mutuamente. Existem dois padrões de interação particularmente comuns: o primeiro é a captura de recursos, que ocorre quando as escassezes induzidas pela demanda e pela oferta se combinam para produzir escassez estrutural. Grupos poderosos na sociedade, antecipando futuras exigências devido ao aumento populacional e à diminuição da quantidade e qualidade dos recursos, direcionam a distribuição desses recursos a seu favor, deixando o restante da população sujeita à escassez (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

O segundo padrão é a marginalização ecológica, que acontece quando a escassez induzida pela demanda e a escassez estrutural interagem para produzir a escassez produzida pela oferta. A falta de acesso equitativo aos recursos, resultado da distribuição desigual, força populações em crescimento a migrar de regiões onde os recursos são escassos para áreas ecologicamente frágeis e altamente suscetíveis à degradação (HOMER-DIXON e BLITT, 1998). Essas interações complexas podem levar a consequências socioambientais e aprofundar cada vez mais as desigualdades existentes (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Como exemplo, pode-se citar as terras localizadas ao norte do rio Senegal⁸, na Mauritânia, são predominantemente compostas por desertos áridos e pastagens semiáridas. Nesse país, houve um aumento significativo na taxa de crescimento populacional. Diante de um período de seca e iminente escassez de alimentos, os governos da região tomaram a iniciativa de construir uma série de represas ao longo do rio, visando aumentar a produção agrícola. A

⁸ O Rio Senegal é o maior rio da África e em seu percurso, delimita a fronteira entre a Mauritânia e o Senegal (BIOMANIA).

alteração no fluxo de água do rio resultou em um aumento substancial do valor das terras ribeirinhas (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Como consequência, os mouros mauritanos abandonaram sua atividade de criação de gado, que anteriormente ocorriam em terras altamente degradadas ao norte do rio Senegal, e migraram para o sul, em direção à bacia do rio. No entanto, essa região já estava ocupada, pois historicamente era utilizada para cultivo e pastoreio pelos mauritanos negros. Para reivindicar o controle desses recursos, o governo da Mauritânia, controlado pela elite moura, reformulou a legislação que regulava a propriedade da terra e os mauritanos negros foram efetivamente impedidos de cultivar na área, o que os expôs a uma maior escassez. Essa situação se tornou um fator contribuinte para os altos níveis de violência que posteriormente surgiram entre a Mauritânia e o Senegal (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

2.3 ADAPTABILIDADE

A escassez de recursos no ambiente não necessariamente resulta em ruptura social e conflitos violentos. Caso a sociedade tenha o poder de promover uma quantidade suficiente de inovação social e tecnológica, ela poderá se adaptar às limitações dos recursos. No entanto, problemas como falhas de mercado, atrito social e a disponibilidade de capital tendem a diminuir a oferta de inovações, ao mesmo tempo em que aumentam a demanda por elas (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

2.3.1 FALHAS DE MERCADO

Os modelos econômicos convencionais partem do pressuposto de que uma economia conseguirá a criatividade necessária para lidar com a escassez de recursos, desde que os preços sejam precisos. Através das oportunidades de lucro, os empreendedores encontrarão novas fontes de recursos escassos e desenvolverão tecnologias inovadoras como substitutas para esses recursos em falta. Se o mercado operar eficientemente, o mecanismo de preços garantirá que a necessidade seja o impulso da inovação, onde um fluxo contínuo de inovação

adaptativa permitirá que a economia responda à escassez sem que haja uma diminuição significativa no padrão de vida de população (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

No entanto, é comum que os preços não capturem completamente o verdadeiro nível de escassez enfrentado por uma economia ou sociedade. Essas "falhas de mercado" ocorrem de duas maneiras significativas. A primeira é quando não podem ser facilmente controlados ou divididos em unidades vendáveis para serem comercializados no mercado, é o caso dos recursos renováveis como ciclos hidrológicos ou ecossistemas marinhos produtivos. Portanto, é desafiador atribuir direitos de propriedade claros a esses recursos, resultando em um regime de "acesso aberto" em que qualquer pessoa pode utilizá-los. Essa situação tende a distorcer os sinais de preço e levar à exploração excessiva desses recursos. (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

A segunda é quando, os preços de mercado geralmente refletem as "externalidades negativas" associadas à exploração desses recursos, mesmo a existência de direitos de propriedades definidos, ou seja, os custos são suportados por pessoas que não estão diretamente envolvidas nas transações de mercado, mas que são afetadas pelos impactos negativos causados pela exploração do recurso. Por exemplo, o desmatamento pode resultar em assoreamento⁹ de rios e danos à vida aquática e à pesca, no entanto, essas consequências são raramente levadas em consideração na avaliação dos custos da atividade madeireira (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

2.3.2 ATRITO SOCIAL

O aumento da escassez ambiental frequentemente desencadeia ações enérgicas por parte de grupos poderosos e membros da elite para salvaguardar seus interesses. Esses grupos tendem a possuir em suas fileiras um número reduzido de integrantes, entretanto o poder político que dominam é desproporcional ao seu tamanho. Eles são motivados, sem exceção, por interesses próprios estreitamente definidos, que não levam em consideração as necessidades da sociedade como um todo. Como resultado, eles dificultam os esforços de reforma das instituições existentes, sempre que essas reformas entram em conflito com seus próprios

⁹ É o acúmulo de terra, lixo ou matéria orgânica no fundo de um rio, geralmente associado a ausência de matas ciliares (vegetação nas margens do rio) (RIBEIRO, 2023)

interesses. Ao fazerem isso, eles interferem na capacidade de uma economia se adaptar às mudanças e gerar inovações. Esse "conflito social" gerado pela escassez ambiental pode obstruir a criação e implementação de soluções para as mesmas carências (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

2.3.3 DISPONIBILIDADE DE CAPITAL

A disponibilidade de capital é um fator primordial para o apropriado desenvolvimento de inovações, pois o investimento financeiro associado ao conhecimento especializado, permite o avanço tecnológico. A injeção de capital proporciona o financiamento de pesquisas que visam encontrar formas de lidar com a escassez, além de permitir a construção da infraestrutura necessária, como estradas, redes de comunicação e sistemas elétricos, materializando assim a resposta governamental para a escassez (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Muitos dos países que enfrentam os maiores desafios ambientais são extremamente pobres e carecem do capital financeiro necessário para impulsionar adequadamente as inovações em resposta à escassez. Além disso, nesses Estados, há uma escassez de profissionais altamente qualificados, como cientistas, engenheiros e gestores corporativos e governamentais, cujo conhecimento especializado é fundamental para enfrentar esses desafios (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

2.4 PRINCIPAIS EFEITOS SOCIAIS

Se as falhas do mercado, os atritos sociais e a falta de capital impedem uma sociedade de gerar a quantidade necessária de inovações para se adaptar à escassez ambiental, então é provável que ocorram cinco tipos de consequências sociais: produtividade agrícola restrita, produtividade econômica restrita, migração populacional, segmentação social e ruptura de instituições legítimas. É importante ressaltar que a escassez ambiental não é a causa única ou suficiente desses efeitos sociais, mas sim interage com uma série de fatores contextuais, desde a natureza das relações entre grupos étnicos até o grau de autonomia do Estado em relação a pressões externas de grupos de interesse (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Os efeitos prejudiciais da escassez ambiental na agricultura e economia afetam principalmente os setores mais desfavorecidos da sociedade, especialmente aqueles que dependem fortemente de recursos renováveis locais para sua subsistência diária. Por outro lado, é comum que grupos mais influentes tenham a capacidade de alterar a legislação em seu benefício e aproveitar as oportunidades lucrativas geradas pela escassez (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Caso a escassez ambiental afete negativamente a produção agrícola, é provável que algumas pessoas enfrentem uma deterioração de suas condições econômicas, levando-as a buscar melhorias migrando para áreas urbanas ou regiões com recursos ambientais mais abundantes. Especialistas costumam analisar as forças relativas dos fatores PUSH (expulsão) e PULL (atração) como impulsionadores da migração.

Os fatores de expulsão referem-se a condições adversas em determinada localidade que motivam as pessoas a deixá-la, enquanto os fatores de atração são condições atrativas em outros lugares que incentivam a migração. Essa terminologia sugere que podemos distinguir claramente entre os fatores de expulsão e atração. No entanto, na prática, o que importa é a diferença entre a qualidade de vida atual do migrante e as perspectivas oferecidas na nova região. Os fatores de expulsão e atração não existem isoladamente, eles estão interligados pela comparação implícita feita pelo migrante entre os benefícios relativos de "aqui" e "lá" (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

A combinação desses primeiros três tipos de efeitos sociais - produtividade agrícola restrita, produtividade econômica restrita, migração populacional - pode agravar significativamente a "segmentação" da sociedade. Isso ocorre quando os grupos, em resposta à escassez, fortalecem as divisões religiosas, de classe, étnicas ou linguísticas já existentes que os separam. A competição entre esses grupos cada vez mais distintos se intensifica, resultando em uma redução das interações entre eles e com o Estado. Os laços frágeis da sociedade civil se rompem, tornando mais difícil para os grupos expressarem suas necessidades de maneira não violenta por meio de redes estabelecidas (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Toda essa competição pode ter um impacto significativo nas instituições legítimas em todos os níveis da sociedade - desde aldeias e organizações comunitárias até mercados de trabalho, relações de classe e até mesmo o próprio Estado. A escassez ambiental aumenta a fragilidade do Estado, onde a diminuição da produção agrícola, a migração para áreas urbanas e as dificuldades econômicas, aumentam as pressões internas, ameaçando a delicada relação de reciprocidade entre o governo e a sociedade.

Ao mesmo tempo, a escassez pode afetar negativamente as receitas do Estado, reduzindo a produtividade econômica e, conseqüentemente, a arrecadação de impostos. Além disso, ela pode fortalecer o poder e as atividades de pequenos grupos de elite, conhecidos como "rent-seekers", que buscam lucrar com o monopólio de recursos escassos. Esses grupos tornam-se cada vez mais capazes de evitar o pagamento de impostos sobre o aumento de sua riqueza e influenciar a política do Estado em seu próprio benefício. Portanto, a escassez ambiental aumenta as demandas da sociedade sobre o Estado, ao mesmo tempo em que diminui a capacidade do Estado de atender a essas demandas (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

2.5 A ERUPÇÃO DO CONFLITO

Os cinco efeitos sociais principais decorrentes da escassez ambiental mencionados anteriormente têm o potencial de gerar ou agravar conflitos entre grupos. Eles alcançam isso ao ampliar simultaneamente as frustrações das populações afetadas e alterar a estrutura das oportunidades políticas, tornando a violência uma resposta mais viável a essas frustrações (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

A diminuição da produção agrícola e econômica pode resultar em privação socioeconômica, o que pode intensificar as queixas nas populações afetadas. No entanto, a privação objetiva nem sempre leva a queixas intensas. De acordo com os teóricos do conflito, indivíduos ou grupos experimentam sentimentos de privação relativa quando percebem uma disparidade entre a situação que acreditam merecer e a situação que realmente alcançaram (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Ainda dentro do contexto da relativa privação e, como resultado, o desenvolvimento de intensos descontentamentos, a ocorrência de violência civil generalizada não é inevitável. Pelo menos dois outros elementos devem estar presentes: os indivíduos afetados precisam fazer parte de grupos com identidades coletivas fortes, e esses grupos devem ter oportunidades favoráveis para ação coletiva violenta contra a autoridade. Quando os indivíduos são membros de grupos que já estão organizados em torno de divisões sociais claras, como etnia, religião ou classe, é provável que suas queixas sejam expressas e atendidas ao nível grupal. Dessa forma, à medida que a escassez ambiental aprofunda a segmentação social em sociedades em

desenvolvimento, aumenta a probabilidade de ocorrência de violência civil (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Os conflitos civis significativos também ocorrem quando a estrutura política estatal na qual os grupos afetados encontram-se inseridos, não proporciona para a contestação pacífica, ao mesmo tempo que oferece brechas para ações violentas contra o suposto responsável por suas insatisfações. O equilíbrio de poder entre os diferentes atores desempenha um papel fundamental. As percepções sobre as forças e fraquezas relativas do Estado, dos grupos desafiadores e de seus respectivos aliados afetarão as considerações desses atores sobre os custos e benefícios das diferentes opções de ação disponíveis para eles (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Diversos outros fatores contextuais podem ter um impacto tanto nas reclamações quanto nas oportunidades existentes, como o rápido processo de urbanização, eventos econômicos globais impactantes e a capacidade de organização e liderança dos grupos que questionam a situação vigente. Ainda dentro do contexto de fatores influenciadores da percepção de privação relativa, os líderes desempenham um papel crucial ao promover uma "libertação cognitiva" entre seus seguidores, ajudando-os a compreender que sua situação atual é injusta e que pode ser modificada, configurando ampliadores desse sentimento. Da mesma forma, os líderes podem influenciar a forma como os grupos desafiadores enxergam o equilíbrio de poder social e a estrutura de oportunidades que enfrentam, o que pode levar a uma maior probabilidade de ação violenta por parte desses grupos, ao acreditarem que tal ação tem maior chance de sucesso (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

Ao agravar as disparidades socioeconômicas entre indivíduos mais pobres e vulneráveis e aqueles mais ricos e poderosos, ao forçar a migração de pessoas para novas localidades onde muitas vezes são recebidas com resistência e ao enfraquecer instituições fundamentais como o Estado, a escassez ambiental intensifica as queixas e modifica a estrutura das oportunidades encontradas por diferentes grupos, tornando-as mais desafiadoras. Essa combinação de insatisfação e oportunidades, por sua vez, aumenta a probabilidade de ocorrerem conflitos violentos de grande escala, tais como insurgências, confrontos étnicos e golpes de Estado (HOMER-DIXON e BLITT, 1998).

2.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo vimos que o consumo mundial de água praticado atualmente projeta para 2030 um déficit de 40% na disponibilidade desse recurso.

Considerando a problemática hídrica na região do Oriente Médio e considerando o contexto da Guerra dos Seis Dias ocorrida em 1967, é importante examinar até que ponto essa escassez de recursos ambientais contribuiu para a eclosão e agravamento do conflito, incluindo a conquista das Colinas de Golã por parte de Israel. Essas colinas possuem uma importância estratégica devido à sua elevação e à sua função como fonte crucial de abastecimento de água.

Além disso, a Teoria da Privação Relativa indica que a percepção de desigualdade no acesso à água entre diferentes grupos pode ser um fator desencadeante de tensões e conflitos. A disputa pelos recursos hídricos nas Colinas de Golã pode ter sido influenciada pela percepção de privação relativa, tanto por parte de Israel quanto de outros atores envolvidos no conflito.

Em resumo, a escassez ambiental, especialmente a escassez de água, pode ter desempenhado um importante papel na intensificação do conflito e na anexação das Colinas de Golã por Israel. É importante realizar uma análise aprofundada da relação entre a Teoria da Privação Relativa e essa anexação, a fim de obter uma compreensão mais completa das dinâmicas e motivações por trás desse evento histórico na região do Oriente Médio. Para isso, no próximo capítulo, será feito um estudo sobre A Guerra dos Seis dias, contextualizando a relação entre Israel e o Rio Jordão, a influência das Colinas de Golã na região e os aspectos históricos desde a fundação do Estado de Israel.

3 A GUERRA DOS SEIS DIAS

Esse capítulo mostrará o contexto histórico e geopolítico do Oriente Médio, mais precisamente dos países Israel, Síria, Egito e Cisjordânia. Contextualizará o nascimento do Estado de Israel, a importância do Rio Jordão e das Colinas de Golã para a região, tanto no que tange ao aspecto hídrico, bem como ao aspecto estratégico-militar. Também abordará a questão da

água para a região e a analisar a Guerra dos Seis Dias com seus fatos geradores e seu desenvolvimento.

3.1 ISRAEL E O RIO JORDÃO

Situado no Oriente Médio, uma área árida do planeta, Israel possui uma população aproximada de 9,3 milhões de pessoas e um consumo de água que atingiu 2,23 km³ em 2020¹⁰, e é extremamente dependente da água proveniente da Bacia do Rio Jordão. Apesar de contar com coleta de água subterrânea e coleta de água do mar pelo processo de osmose reversa¹¹, iniciado em pequena escala na década de 1960, tem na coleta da superfície uma importante fonte de água potável para sua população.

Para amenizar essa dependência, inúmeras técnicas são utilizadas, tais como a água de reuso. A água de reutilização são as águas residuais, descartadas da utilização para diversos processos, que passam por tratamento e são reaproveitadas para fins não diretamente relacionados ao consumo humano, seja residencial ou industrial. Essa prática apresenta taxas significativas de aproveitamento, uma vez que cerca de 91% do esgoto é coletado, sendo que desses, 80% são tratados e reutilizados, especialmente na agricultura na região sul de Israel. Além disso, o país possui tecnologia de ponta para captar água proveniente de geadas. Há também um controle rigoroso das perdas de água tratada, estima-se que o desperdício seja de aproximadamente 7% do total produzido (MENDES, 2018).

Com uma extensão de quase 200 quilômetros, o Rio Jordão apresenta uma seção em que sua largura atinge 30 metros, enquanto sua profundidade mínima é de 1 metro, podendo chegar a 30 metros no ponto máximo. A salinidade do rio é geralmente baixa, mas aumenta à medida que se aproxima do Mar da Galileia e do Mar Morto. A maioria de sua trajetória está localizada abaixo do nível do mar. Nasce ao sul da Síria, no Monte Hermão, faz fronteira com Israel, Jordânia e Cisjordânia, percorre o lago Hulé e deságua no Mar Morto. Alguns dos

¹⁰ Israel in Figures Selected Data from the Statistical Abstract of Israel, 2021.

¹¹ Osmose Reversa é a inversão no sentido de fluxo que ocorre no processo de osmose, ou seja, consiste na aplicação de uma pressão superior à osmótica natural, fazendo com que uma membrana semipermeável permita somente a passagem de água (solúvel), impedindo a passagem dos materiais indesejáveis (solutos), produzindo assim, uma água de comprovada confiabilidade para o consumo humano (MIRANDA, 2014).

principais afluentes do Rio Jordão incluem o Rio Banias, Rio Dan e Rio Hasbani (PETRIN, 2017). Além de pertencerem ao mesmo sistema hídrico, esses rios possuem em comum o fato de terem suas nascentes nas Colinas de Golã.

3.2 AS COLINAS DE GOLÃ

As Colinas de Golã constituem uma região montanhosa estratégica e escassamente habitada localizada no sudoeste da Síria, atualmente sob controle majoritário de Israel, que abriga uma abundância de recursos hídricos de alta qualidade (WINTER, 2019).

São uma vasta área de aproximadamente 1.200 quilômetros quadrados, situada em uma posição elevada que proporciona vistas panorâmicas para o Líbano, a Síria e o Vale do Jordão (WINTER, 2019).

Essa região está localizada a cerca de 60 quilômetros de Damasco, conferindo a Israel uma posição defensiva e ofensiva estrategicamente vantajosa, além de servir como ponto de observação para monitorar as atividades militares do outro lado da fronteira (WINTER, 2019).

O governo de Israel justifica seu controle sobre esse território com base em motivos militares estratégicos (WINTER, 2019).

Caso as Colinas de Golã retornassem ao controle sírio, isso concederia a Damasco uma posição estratégica com visibilidade sobre o território de Israel. No passado, as colinas foram usadas pelas forças sírias como uma base militar para lançar ataques contra comunidades israelenses (WINTER, 2019).

3.3 ASPECTOS HISTÓRICOS

3.3.1 O NASCIMENTO DE ISRAEL

Logo após o primeiro Congresso Sionista¹², que ocorreu em Basiléia (Suíça) em 1897, um grupo de rabinos em Viena enviou dois representantes à Palestina, então uma possessão do Império Otomano, cuja população era principalmente árabe. Essa missão tinha como objetivo realizar uma exploração para avaliar a viabilidade das decisões tomadas no referido Congresso, que havia aprovado a criação de um "lar nacional" para o povo judeu na Palestina. Essa visão incluía o estabelecimento de um Estado judeu no mesmo local onde os hebreus viveram na Antiguidade, antes de serem expulsos pelos babilônios e, posteriormente, pelos romanos, resultando em sua dispersão pelo mundo, conhecida como "diáspora" (MAGNOLI, 2006).

Com o objetivo de concretizar sua visão, os sionistas planejavam adquirir terras na Palestina e incentivar a imigração de judeus para essa região. Após algum tempo, os emissários enviados pelos rabinos enviaram um telegrama a Viena, relatando a descoberta de que uma população árabe já habitava a terra que os judeus reivindicavam como sua. Comunicaram aos rabinos que havia uma presença estabelecida de pessoas árabes na região palestina, o que gerou um contexto complexo para a realização dos planos sionistas. Essa informação despertou a necessidade de lidar com a existência prévia de uma comunidade árabe, o que implicava a consideração de diferentes perspectivas e interesses. Essa constatação apresentou aos sionistas um desafio adicional em sua busca pela criação de um Estado judeu na Palestina, exigindo uma reflexão sobre as implicações políticas, sociais e culturais dessa convivência entre as comunidades judaica e árabe (MAGNOLI, 2006).

Durante a Primeira Guerra Mundial, os sionistas alcançaram uma importante vitória diplomática por meio da Declaração Balfour em 1917. Nessa carta, o ministro do Exterior britânico, Arthur James Balfour (1848-1930), expressou o apoio do governo britânico ao projeto sionista ao enviá-la ao lorde L. W. Rothschild (1868-1937), um dos principais proponentes do Sionismo. Na época em que a declaração foi divulgada, a população judaica na Palestina totalizava aproximadamente 56 mil pessoas, em contraste com uma população árabe nativa de

¹² Congresso convocado em 29 de agosto de 1897 para deliberar sobre o restabelecimento da pátria histórica do Povo Judeu e a criação da Organização Sionista Mundial, instituição que abriria caminho para o Estado de Israel (CONIB, 2022).

644 mil indivíduos. Os sionistas acreditavam que os benefícios econômicos resultantes da imigração judaica poderiam amenizar a resistência árabe à entrada de judeus na Palestina (MAGNOLI, 2006).

No entanto, a Grã-Bretanha estava em pleno conflito com o Império Otomano e, necessitando do apoio das populações árabes que habitavam esses territórios controlados pelos turcos, também fez promessas substanciais a elas. Antes mesmo da Declaração Balfour, o governo britânico havia se comprometido com o emir Hussein ibn Ali (1919-1924), prefeito de Meca, a apoiar o estabelecimento de um reino árabe independente no Oriente Médio, como uma recompensa pelo esforço árabe na guerra contra os otomanos. Além disso, antes dessas promessas, em 1916, os britânicos haviam firmado os Acordos Sykes-Picot¹³ com os franceses, nos quais estava prevista a divisão do Oriente Médio em esferas de influência anglo-francesas caso os Aliados da Tríplice Entente (França, Grã-Bretanha e Rússia) saíssem vitoriosos sobre a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Império Otomano) (MAGNOLI, 2006).

A partir da conferência de paz realizada em Paris em 1919, surgiu o sistema de mandatos para as nações que anteriormente faziam parte do Império Otomano. Esses mandatos seriam administrados pelas potências aliadas vitoriosas (ou seja, França e Grã-Bretanha), com o objetivo teórico de preparar esses povos para se organizarem como países e, em algum momento futuro, viverem como Estados independentes. Assim, por meio do Tratado de San Remo, assinado em 1920, foram estabelecidos os mandatos britânicos sobre os territórios da Mesopotâmia (atual Iraque), Palestina e Transjordânia (que se tornaria a Jordânia), enquanto a França ficou responsável pela Síria e pelo Líbano (MAGNOLI, 2006).

Em 1922, a Liga das Nações, predecessora da ONU, adotou o sistema de mandatos, que incluía os termos da Declaração Balfour referentes ao estabelecimento de um lar nacional judaico na Palestina. Essa decisão gerou ressentimento entre os árabes, uma vez que o mandato britânico sobre a Palestina transformou o apoio ao projeto sionista em uma política oficial da Liga das Nações. Em vez de promover a independência da Palestina, a Grã-Bretanha começou a se preocupar com a colonização judaica na região. De fato, a "pérfida Albion", como a Inglaterra era chamada, tinha a intenção de manter o controle sobre a Palestina, uma área estrategicamente localizada próxima ao Iraque, onde os britânicos esperavam encontrar petróleo, o que só ocorreu em 1927 (MAGNOLI, 2006).

¹³ Documento concluído em 16 de maio de 1916 pelos diplomatas Mark Sykes, britânico e François George-Picot, francês (BBC, 2016)

Dessa forma, as organizações sionistas aumentaram consideravelmente a migração de judeus provenientes da Europa Oriental e Central para a Palestina. Em 1931, a região já contava com uma população judaica de 174.600 pessoas, em um total de 1.035.800 habitantes (MAGNOLI, 2006). A crise econômica mundial desencadeada pelo colapso da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 impulsionou ainda mais esse fluxo migratório, fortalecendo movimentos nacionalistas e antissemitas de tendências fascistas na Europa. O Fundo Nacional Judaico, vinculado à Organização Sionista Mundial, intensificou a aquisição de terras, que eram consideradas "propriedade eterna do povo judaico", inalienáveis e disponíveis apenas para arrendamento a judeus.

Ao mesmo tempo, um movimento nacional palestino liderado por Hajj Amin al-Husseini (1895–1974), o grão-mufti de Jerusalém, estava se desenvolvendo. Husseini rejeitou qualquer proposta de conciliação e liderou uma grande revolta em 1936 contra as autoridades britânicas e a presença judaica. "Nós e eles queremos a mesma coisa: ambos queremos a Palestina. Esse é o cerne do conflito", afirmou David Ben-Gurion¹⁴ na época, que se tornaria o futuro fundador e primeiro-ministro de Israel (MAGNOLI, 2006).

Essa escalada de violência levou o governo britânico a mudar sua política em relação ao sionismo. Em 1937, uma comissão liderada por lorde William Peel (1867 – 1937) concluiu que o nacionalismo judaico era tão intenso e focado em si mesmo quanto o nacionalismo árabe. Portanto, propuseram um plano de partição da Palestina em dois Estados separados, um para judeus e outro para árabes. No entanto, o plano foi rejeitado por ambas as partes. Em 1939, Londres abandonou a defesa do lar nacional judaico e emitiu o famoso Livro Branco. Este documento propunha o fim da imigração judaica em cinco anos, estabelecendo um limite de 75 mil imigrantes durante esse período, a criação de um Estado binacional para judeus e árabes, e excluía a Transjordânia da área disponível para a colonização judaica (MAGNOLI, 2006).

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a Comissão Anglo-Americana na Palestina sugeriu em 1946 a continuidade do mandato britânico, porém essa decisão foi rejeitada pela Organização Sionista Mundial, que buscava estabelecer um Estado judeu. O assunto foi então encaminhado para a recém-criada Organização das Nações Unidas. Em novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU, presidida por Oswaldo Aranha (1894 – 1960) do Brasil, votou a favor

¹⁴ David Ben-Gurion (1886-1973) foi estadista sionista e líder político. Foi o primeiro chefe de governo de Israel no período de 1948-1953 (BRITANNICA, 2023).

da resolução 181, que tratava da partilha da Palestina e estabelecia a criação de um Estado judeu ao lado de um Estado Palestino. A resolução foi aprovada por 33 votos a favor (incluindo Estados Unidos e União Soviética), 13 votos contrários e 10 abstenções. Conforme a proposta, o futuro Estado judeu, que representava 30% da população, receberia 53,5% do território, enquanto o Estado Palestino, com 70% da população, teria 45,4% das terras. A cidade de Jerusalém seria administrada internacionalmente (MAGNOLI, 2006).

A proposta foi aceita pela Organização Sionista Mundial, mas encontrou resistência por parte dos países árabes que, naquela época, já eram independentes. Durante esse período, Golda Meir¹⁵, enviada de Ben-Gurion e futura primeira-ministra de Israel, tentou estabelecer um acordo com o rei Abdullah, monarca árabe moderado da Transjordânia, no qual judeus e jordanianos dividiriam a Palestina em detrimento dos palestinos. Tanto Ben-Gurion quanto Abdullah possuíam laços com a Grã-Bretanha e tinham interesse em enfraquecer a resistência palestina liderada por Hajj Al-Husseini. Apesar da boa vontade mútua, o acordo não teve sucesso devido à polarização causada pela partilha entre os árabes e os judeus (MAGNOLI, 2006).

Em 14 de maio de 1948, o Estado de Israel foi oficialmente estabelecido e recebeu reconhecimento imediato dos Estados Unidos e da União Soviética. No dia seguinte, as forças regulares do Egito, Síria, Transjordânia, Líbano e Iraque, juntamente com grupos irregulares palestinos e o Exército Árabe de Libertação, comandado pela Liga Árabe, lançaram um ataque contra a recém-formada nação de Israel (MAGNOLI, 2006).

3.3.2 A QUESTÃO DA ÁGUA

Desde sua criação em 1948, Israel conta com a hostilidade e agressividade dos países árabes vizinhos.

Israel tinha razões legítimas para se preocupar, dado que o país possuía fronteiras hostis que se estendiam por 1.028 quilômetros e estava cercado por aproximadamente trinta divisões árabes. Havia a possibilidade real de que o Egito bloqueasse a passagem dos navios israelenses pelo Estreito de Tiran¹⁶, enquanto a Síria, que controlava as fontes do Rio Jordão, poderia interromper o fornecimento de água. Os gastos combinados dos países árabes em

¹⁵ Golda Meir (1898-1978) foi uma política israelense, fundadora e Primeira-ministra do Estado de Israel no período de 1969 a 1974 (BRITANNICA, 2019).

¹⁶ Único acesso marítimo que o Estado judeu tem ao mercado asiático, e sua rota de recebimento de petróleo por seu principal provedor à época, o Irã (BBC, 2017).

armamentos, que totalizavam cerca de US\$ 938 milhões anualmente, superavam quase duas vezes os de Israel, mesmo que este último tivesse quintuplicado seu orçamento de defesa. Embora o número de civis mortos como vítimas de hostilidades entre 1957 e 1967 tenha sido "apenas" 189, em comparação com 486 durante o período de 1949 a 1956, a ameaça constante de emboscadas e atentados com bombas era uma realidade (OREN, 2010).

Em 14 de janeiro de 1964, ocorreu o mais significativo encontro de líderes árabes desde a guerra da Palestina. Durante os três dias subsequentes, Nasser¹⁷ empregou todo o seu poder para conquistar a maioria de seus objetivos, controlar os revolucionários mais impetuosos e angariar o apoio das monarquias conservadoras. Contudo, isso teve um alto custo. Foi aprovado um plano pela Liga Árabe, com um investimento de US\$ 17,5 milhões, para redirecionar o curso do Rio Jordão a partir de seus afluentes - os rios Baniyas e Hatzbani - resultando em uma drástica redução na quantidade e qualidade da água em Israel. Ciente de que os israelenses não permaneceriam passivos diante da drenagem de seu país, a conferência também estabeleceu um Comando Árabe Unificado visando proteger o projeto e preparar uma campanha ofensiva (OREN, 2010).

No entanto, a colaboração entre os países árabes não foi além do papel. A Jordânia se opôs à presença de unidades do Exército de Libertação da Palestina na Cisjordânia, assim como às tropas iraquianas e sauditas em qualquer parte de seu território. O Líbano também mostrou relutância em receber forças estrangeiras, e o Iraque não estava disposto a emprestar seus aviões ao Comando Árabe Unificado. Nenhum dos exércitos orientados para o Ocidente concordou em padronizar seus arsenais com armamento soviético, e nenhum deles estava disposto a receber ordens dos generais egípcios. Shuqayri¹⁸ era amplamente desprezado fora do Egito, e a Organização para a Libertação da Palestina enfrentava problemas financeiros devido às constantes falhas dos Estados árabes em cumprir suas promessas (OREN, 2010).

Apesar de consideradas fracassadas pelos árabes, as cúpulas de 1964 - 65 pareciam para os israelenses como eventos de magnitude vulcânica, uma manifestação concreta do desejo de seus vizinhos de eliminá-los. O serviço de inteligência das Forças de Defesa de Israel, que antes negava a intenção árabe de entrar em guerra por causa da água, de repente mudou de postura. Uma estimativa desse serviço de inteligência da época explicava:

¹⁷ Gamel Abdel Nasser (1918-1970), oficial do exército, primeiro-ministro (1954-1956) e presidente egípcio de 1954 até sua morte em 1970, líder e chefe de Estado do mundo árabe (BRITANNICA, 2011).

¹⁸ Ahmad al-Shuqayrī (1908- 1980) foi um político palestino, primeiro presidente da Organização para a Libertação da Palestina de 1964 a 1967 (BRITANNICA, 2023).

Esse desejo sempre foi abstrato até agora. Pela primeira vez, estamos cientes de um plano com etapas claras: foi estabelecida uma data para o confronto. Assim, é provável que em 1967-68 enfrentemos uma nova iniciativa árabe. Isso pode se manifestar por meio de uma nova tentativa de desviar o Rio Jordão, o incentivo a ataques terroristas, incidentes na fronteira ou o bloqueio do Estreito de Tiran (OREN, 2010, p. 45).

O serviço de inteligência das Forças de Defesa de Israel alertava que, para restaurar seu poder de dissuasão, Israel teria que atacar em múltiplas frentes, sem poder escolher o momento, o que daria aos árabes a oportunidade de lançar um contra-ataque avassalador (OREN, 2010).

A perspectiva de Israel em relação à escalada em direção à guerra foi marcada por ações dos países árabes no terreno. Em novembro de 1964, a fronteira norte entrou em erupção devido aos esforços unilaterais da Síria para desviar as nascentes do Rio Jordão e impedir Israel de cultivar as zonas desmilitarizadas. Essas zonas foram estabelecidas pelo Acordo de Armistício em áreas evacuadas pelo exército sírio no território de Israel. As zonas desmilitarizadas eram divididas em três setores principais, totalizando aproximadamente 170 km², cada um com agrupamentos de parcelas de formatos irregulares e apelidos, como "O Legume" e "O Nariz de De Gaulle", sobre as quais Israel reivindicava plena soberania. Os israelenses se recusavam a reconhecer a jurisdição da Comissão do Armistício sobre as zonas desmilitarizadas e declaravam-nas como áreas proibidas para os fazendeiros sírios. No entanto, os sírios se opunham de maneira igualmente inflexível às tentativas de controle israelenses sobre as parcelas e, a partir de suas posições nas Colinas de Golan, disparavam contra qualquer trator que tentasse cultivá-las (OREN, 2010).

No centro dessas tensões estava o Mar da Galileia, que estava sob soberania total, mas em uma situação precária, de Israel. Uma faixa de dez metros ao longo da margem nordeste do lago era tecnicamente propriedade de Israel, mas encontrava-se sob constante ameaça da artilharia síria, tornando-se praticamente indefensável. Atiradores sírios disparavam regularmente contra os barcos de pesca israelenses, enquanto os barcos de patrulha israelenses violavam com frequência a zona desmilitarizada de 250 metros que se estendia da margem oriental para o interior do lago (OREN, 2010).

No pensamento israelense, essas duas questões, terra e água, estavam intrinsecamente ligadas. Ao reivindicar sua soberania sobre as Zonas Desmilitarizadas, os israelenses buscavam dissuadir os sírios de desviar as águas do Rio Jordão. "Sem controle sobre as fontes

de água, não podemos realizar o sonho sionista", afirmou Eshkol¹⁹ ao governo. "A água é a base da existência do povo judeu na Terra de Israel." Além disso, havia uma conexão tática, pois Israel aproveitava os incidentes nas zonas desmilitarizadas como pretexto para bombardear o projeto de desvio. Com a capacidade cada vez mais eficiente de seus tanques a longa distância, os israelenses podiam atingir os tratores sírios a vários quilômetros de distância da fronteira. Foi nesse momento que os sírios aumentaram a aposta (OREN, 2010).

No dia 13 de novembro, uma patrulha israelense foi atacada pelos sírios ao norte de Tel Dan, próximo a uma zona desmilitarizada. Em resposta, os tanques israelenses, camuflados nas proximidades, abriram fogo. A artilharia síria, posicionada nas Colinas de Golan, lançou uma chuva de bombas sobre os assentamentos israelenses ao longo do Vale de Hula. Como os canhões inimigos estavam fora de alcance, a resposta óbvia de Israel seria um bombardeio aéreo. No entanto, Eshkol hesitou, preocupado em iniciar uma guerra e comprometer os esforços para adquirir aviões americanos. Ele questionou Yitzhak Rabin²⁰, agora chefe do Estado-Maior, se seria apenas uma questão de mais buracos no teto ou se não haveria mais teto nem paredes (OREN, 2010).

Rabin sugeriu um ataque decisivo à Síria. Ele explicou que, com o mundo árabe dividido e a improvável intervenção da União Soviética, uma ação de retaliação não levaria à guerra. Considerando que os Estados Unidos estavam ocupados com os bombardeios no Vietnã do Norte, eles teriam poucos argumentos para criticar um ataque semelhante contra a Síria. Convencido pelos argumentos de Rabin, Eshkol concordou e a Força Aérea Israelense foi mobilizada (OREN, 2010).

Após a batalha intensa de três horas, quatro israelenses foram mortos e nove ficaram feridos, além de diversos assentamentos terem sido seriamente danificados. As perdas sírias também foram significativas, incluindo pelo menos dois tanques e várias máquinas de terra-plenagem. No entanto, o principal impacto para os sírios, foi o psicológico. A força aérea síria simplesmente não era párea para a força aérea israelense. Embora os trabalhos de transposição continuassem ao longo da primavera de 1965, localizados a oito quilômetros da fronteira

¹⁹ Levi Eshkol (1895-1969), político e estadista israelense. Foi o terceiro primeiro-ministro de Israel (1963-1969) (BRITANNICA, 2023).

²⁰ Yitzhak Rabin (1922-1995), estadista e soldado israelense, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Israel durante a Guerra dos Seis Dias e duas vezes primeiro-ministro israelense (1974-1977 e 1992-1995) (BRITANNICA, 2019).

e, portanto, fora do alcance dos tanques israelenses, eles nunca seriam concluídos enquanto Israel mantivesse o domínio dos céus (OREN, 2010).

3.3.3 O CONFLITO

Gamal Abdel Nasser estava ciente de que o inimigo sionista possuía uma superioridade militar em relação a todos os países árabes juntos. Por isso, ele aguardava o momento oportuno para, com o apoio soviético, reverter o equilíbrio de poder e lançar uma ofensiva conjunta. Diplomáticamente, no entanto, a hostilidade era evidente. Durante a Conferência do Cairo em 1964, a Liga Árabe declarou pela primeira vez seu objetivo final de destruir o Estado de Israel. Além disso, foi estabelecida a criação da Organização para a Libertação da Palestina. Ela contava com uma ala militar, o Exército de Libertação da Palestina, que estava sob o comando de vários países árabes. A exceção era a organização guerrilheira palestina Al Fatah, que já existia desde 1958 e se incorporou à Organização para a Libertação da Palestina, mas mantinha sua autonomia nas ações (MAGNOLI, 2006).

A Fatah tinha o objetivo de utilizar os países árabes como base para suas operações militares contra Israel. No entanto, tanto o Egito quanto a Jordânia, por receio de represálias israelenses, impediam ações guerrilheiras que partissem da Faixa de Gaza²¹, do Sinai e do território jordaniano. A única exceção era a Síria, governada por um regime nacionalista e pró soviético desde 1961, que oferecia apoio às atividades da Fatah. Em abril de 1967, Israel, que já havia ameaçado atacar a Síria devido ao seu apoio aos guerrilheiros palestinos, derrubou seis caças MiG-21 sírios nos céus de Damasco. O incidente teve origem em uma zona desmilitarizada próxima ao lago Kinneret, conhecido como Mar da Galileia (MAGNOLI, 2006).

Sob pressão dos sírios e jordanianos, Nasser, que não tinha intenção de iniciar uma guerra contra Israel, foi obrigado a agir para preservar sua liderança no mundo árabe. Em maio, ele tomou medidas que desencadearam a catástrofe árabe (a Jordânia e a Síria haviam assinado acordos de assistência militar mútua em caso de guerra): enviou um grande contingente de tropas para o deserto do Sinai e exigiu a retirada da Força de Emergência da ONU, que estava presente na região desde o fim da guerra de 1956. Além disso, o governo egípcio enviou

²¹ Faixa de Gaza é um território palestino localizado na costa leste do Mar Mediterrâneo, limitando-se ao norte e ao leste com Israel, ao sul com o Egito e com uma pequena costa marítima. Ela abrange uma área de aproximadamente 360 quilômetros quadrados e tem uma população densamente concentrada, composta principalmente por palestinos (JUNIOR, 2023)

navios de guerra para bloquear o Estreito de Tiran, no Golfo de Ácaba, impedindo a navegação israelense. Essas ações foram tomadas como medidas graves e escalaram a tensão na região (MAGNOLI, 2006).

Em 5 de junho de 1967, com a aprovação do governo dos Estados Unidos, o governo de Levi Eshkol, que preferia uma solução diplomática, iniciou uma blitzkrieg²² contra o Egito. Naquela manhã, em apenas duas horas, a Força Aérea Israelense destruiu quase todos os aviões de combate egípcios no solo, totalizando 309 aeronaves destruídas de um total de 340. Quando aviões sírios e jordanianos atacaram alvos dentro de Israel, a Força Aérea Israelense também neutralizou a maior parte das forças aéreas desses países. Ao todo, aproximadamente 400 aviões árabes foram destruídos no primeiro dia de combate (MAGNOLI, 2006).

No dia seguinte, as tropas israelenses adentraram a fronteira norte do Sinai. Em 7 de junho, soldados paraquedistas israelenses conquistaram a Cidade Antiga de Jerusalém, que até então estava sob o controle jordaniano. O Ministro da Defesa, Moshe Dayan (1915-1981), que havia ordenado o ataque, e o Chefe do Estado-Maior, Yitzhak Rabin, entraram triunfantemente na cidade através do Portão dos Leões (MAGNOLI, 2006).

No início da ofensiva, os israelenses não tinham a intenção de capturar a região da Cisjordânia. Conforme expressado por Yitzhak Rabin, "a guerra se desenvolveu como uma consequência de sua própria lógica interna, cercando todas as tropas do Exército jordaniano na Judeia e Samaria e, querendo ou não, levando à captura da fronteira natural da Terra de Israel - o rio Jordão" (MAGNOLI, 2006).

No que diz respeito à Síria, também não havia um plano prévio, e a ocupação das Colinas de Golã ocorreu durante o curso do conflito. Um grupo de colonos do norte de Israel exercia uma forte pressão sobre o governo para que tomassem medidas para protegê-los das forças sírias nas Colinas de Golã. No entanto, o Ministro da Defesa, Moshe Dayan, era contrário a um ataque à Síria. Ele afirmava que a guerra havia sido iniciada visando destruir as tropas egípcias e abrir o Estreito de Tiran. A ocupação da Cisjordânia ocorreu no caminho, mas Dayan não acreditava que fosse viável iniciar outra campanha contra a Síria. Ele argumentava que se a intenção era entrar na Síria e alterar a fronteira para facilitar a vida nos assentamentos, ele era contra essa ideia (MAGNOLI, 2006).

²² Do alemão: "guerra relâmpago". Tática militar calculada para criar choque psicológico e desorganização resultante nas forças inimigas através do emprego de surpresa, velocidade e superioridade em material ou poder de fogo (LIMBACH, 2018).

A situação mudou quando fotos foram recebidas, mostrando os quartéis nos arredores da cidade síria de Quneitra, que antes estavam repletos de unidades de veículos blindados, artilharia e comandos, aparentemente abandonados. Além disso, a avaliação de inteligência feita pelo Major Eli Halahmi, encarregado de investigar o exército sírio, indicava que a ocupação síria nas Colinas de Golã poderia estar sendo desmantelada. Com base nessas informações, Moshe Dayan deu autorização para o ataque, que resultou na conquista das Colinas de Golan em 10 de junho de 1967 (OREN, 2010).

Ao final da guerra relâmpago, Israel emergiu como o vencedor, ocupando a Cisjordânia, Gaza, Jerusalém Oriental, as Colinas de Golã e a Península do Sinai. O conflito resultou na perda de 980 soldados israelenses, enquanto outros 4.520 ficaram feridos. Além disso, Israel perdeu 40 aviões e 394 tanques durante a batalha. Por outro lado, as baixas do lado árabe totalizaram 4.300 soldados mortos e 6.120 feridos. Egito, Jordânia e Síria tiveram um número combinado de 444 aviões e 965 tanques destruídos durante o confronto (MAGNOLI, 2006).

A Guerra dos Seis Dias foi um conflito que não era desejado por nenhuma das partes envolvidas. Contrariando as especulações de alguns analistas árabes de que Israel teria provocado o conflito intencionalmente para expandir seu território, na realidade faltou um planejamento político e estratégico por parte de Israel. A conquista e ocupação da Cisjordânia e das Colinas de Golã foram determinadas ao longo das batalhas e não faziam parte dos planos iniciais dos estrategistas israelenses (MAGNOLI, 2006).

Em 19 de junho, o gabinete israelense se reuniu e decidiu propor um acordo de paz com o Egito e a Síria. A proposta envolvia a retirada das tropas israelenses das áreas ocupadas, desde que fossem garantidas a liberdade de navegação no Estreito de Tiran e no Canal de Suez, a desmilitarização da Península do Sinai e das Colinas de Golã, bem como a não interferência no fluxo de água das nascentes do Rio Jordão (MAGNOLI, 2006).

No que diz respeito à Cisjordânia, que já contava com uma população de 1,2 milhão de palestinos na época, o gabinete israelense ficou dividido entre a opção de conceder autonomia aos palestinos, mas manter o controle israelense sobre o território, ou devolver parte dele à Jordânia (MAGNOLI, 2006).

No entanto, a cúpula árabe realizada em 28 de agosto em Cartum, Sudão, frustrou qualquer tentativa de reconciliação ao aprovar uma resolução peculiar conhecida como "os três não": não ao reconhecimento de Israel, não às negociações e não à paz. O resultado da conferência eliminou por um longo período a possibilidade de uma troca de territórios por paz

e levou Israel a se fechar atrás das linhas conquistadas durante a guerra no deserto (MAGNOLI, 2006).

Em novembro de 1967, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 242, que solicitava a "retirada das Forças Armadas israelenses dos territórios ocupados" e o "respeito ao direito de cada Estado da região de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaças ou atos de força". A resolução foi bem recebida pelos Estados Unidos, União Soviética, Jordânia e Egito, mas não pela Síria. No entanto, até mesmo Israel se beneficiou com o texto, uma vez que ele não mencionava explicitamente a retirada de todos os territórios conquistados, mas sim a devolução de "territórios" (MAGNOLI, 2006).

A falta de visão política por parte dos líderes árabes, no entanto, acabou fortalecendo os defensores da expansão territorial do chamado "Grande Israel". Como resultado, Jerusalém Oriental foi anexada já em 1967, enquanto as Colinas de Golã foram anexadas apenas em 1981. A Cisjordânia e a Faixa de Gaza continuaram ocupadas e receberam a construção de numerosos assentamentos judaicos, efetivamente resultando em uma anexação dos territórios palestinos (MAGNOLI, 2006).

3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

No decorrer deste capítulo, foi explorada a relação de dependência que Israel possui com o Rio Jordão, uma fonte vital de água para a região. Analisamos como essa dependência pode ser amenizada com a adoção de inovações importantes, como a reutilização de água oriunda do esgoto e a dessalinização da água do mar. Essas tecnologias desempenham um papel fundamental na mitigação dos desafios hídricos enfrentados por Israel.

Ao longo da história, a disponibilidade de água tem sido uma preocupação primordial para Israel, especialmente devido ao aumento populacional decorrente da migração de judeus provenientes da Europa Oriental e Central para a Palestina. Esse fluxo migratório resultou em um significativo crescimento populacional e, conseqüentemente, em uma maior demanda por recursos hídricos. Percebendo essa necessidade crescente, Israel reconheceu a importância de garantir o acesso contínuo à água do Rio Jordão e evitar qualquer manipulação política ou militar por parte daqueles que controlam suas nascentes.

Entre as áreas de interesse estratégico-militar está a região das colinas de Golã, situada nas proximidades do Rio Jordão. Essas colinas desempenharam e ainda desempenham um papel crucial para Israel devido à sua posição geográfica estratégica e ao fato de abrigarem as nascentes dos principais rios que compõem a Bacia do Rio Jordão. O controle dessa área é vital para garantir a segurança de Israel e impedir ataques que interrompam o fornecimento de água, um recurso fundamental para a sobrevivência e prosperidade da nação.

É importante destacar que, durante o período do conflito inicial, as tecnologias de reutilização de água e dessalinização eram mais limitadas do que são atualmente. Isso significava que Israel estava ainda mais vulnerável a enfrentar escassez de água, tornando o controle sobre as fontes hídricas uma questão ainda mais crucial para a sua segurança e desenvolvimento.

Um marco histórico relevante abordado neste capítulo foi a Guerra dos Seis Dias, que se revelou um acontecimento inesperado que contou com a iniciativa israelense com um ataque baseado na legítima defesa preventiva.

A Guerra dos Seis Dias foi um conflito não desejado por nenhuma das partes envolvidas. Contrariando especulações de analistas árabes sobre a intenção de Israel de expandir seu território, na verdade, faltou planejamento político e estratégico por parte de Israel. A conquista e ocupação da Cisjordânia e das Colinas de Golã foram decisões tomadas durante as batalhas e não faziam parte dos planos iniciais dos estrategistas israelenses.

Após o término do conflito, com o intuito de selar a paz na região, foi proposto por Israel a retirada de tropas das áreas ocupadas em troca, entre outras demandas, da não interferência no fluxo de água das nascentes do Rio Jordão. Isso mostra a importância dada por Israel à sua segurança hídrica.

No próximo capítulo, exploraremos as conexões entre a Teoria da Privação Relativa e o contexto histórico de Israel, especialmente a Guerra dos Seis Dias. O objetivo é compreender como e se a falta de água desempenhou um papel importante no estabelecimento das Colinas de Golã como um objetivo militar durante esse conflito.

4 A PRIVAÇÃO RELATIVA NO CONTEXTO DA GUERRA DOS SEIS DIAS

Neste capítulo, daremos continuidade ao que foi compreendido nos capítulos anteriores, onde foi explicada a Teoria da Privação Relativa e explorados os eventos históricos que levaram à fundação de Israel e à Guerra dos Seis Dias, com o intuito de identificar a importância das Colinas de Golã nesse conflito. Agora, buscar-se-á identificar as aderências e as singularidades entre a teoria estudada e o conflito abordado, de forma a alcançar a resposta para a pergunta proposta na presente pesquisa.

De maneira geral, observa-se na região em questão a predominância da escassez ambiental da água resultante da demanda, originada pelo aumento da população ou pelo aumento do consumo individual desse recurso e a escassez induzida pela oferta devido à constante ameaça de esgotamento, especialmente porque a Síria, que controlava as fontes do Rio Jordão, poderia interromper o abastecimento a qualquer momento.

A adaptação de Israel à escassez de recursos hídricos é um excelente exemplo que corrobora a Teoria da Privação Relativa. Essa teoria sugere que, em situações de privação ou escassez, grupos ou países desenvolvem mecanismos para se adaptar e superar os desafios enfrentados. No caso de Israel, essa adaptação é evidenciada pela disponibilidade de capital e a presença de profissionais altamente qualificados, como cientistas, engenheiros e gestores corporativos e governamentais.

A escassez de água em Israel é um desafio constante devido ao clima árido e ao aumento populacional. No entanto, o país soube aproveitar suas vantagens competitivas, como a presença de profissionais altamente capacitados, para desenvolver soluções inovadoras e enfrentar essa dificuldade. Esse aspecto da adaptação pode ser associado à teoria da privação relativa, pois a escassez de recursos hídricos cria uma privação que Israel supera graças à sua capacidade intelectual.

Um exemplo claro dessa adaptabilidade é o processo de dessalinização da água do mar. Através da aplicação do conhecimento especializado de cientistas e engenheiros, Israel desenvolveu tecnologias eficientes que permitem transformar a água salgada do mar em água potável, expandindo significativamente sua disponibilidade de água doce. Esse processo é fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento do país, já que a dessalinização supre uma parcela significativa das necessidades hídricas da população e da agricultura.

Além disso, o país também investiu em tecnologias de reuso de água, outro importante exemplo de adaptação. Por meio do conhecimento especializado em gestão hídrica, Israel implementou sistemas eficientes de tratamento de águas residuais, possibilitando o reuso desses recursos em diversas atividades, como a irrigação de plantações e até mesmo o abastecimento de indústrias.

Dessa forma, a combinação da disponibilidade de capital e da presença de profissionais altamente qualificados tem sido crucial para a evolução da capacidade de Israel de adaptar-se à escassez de água. A abordagem centrada no conhecimento especializado, aliada à inovação tecnológica, tem sido fundamental para o enfrentamento dos desafios hídricos e o desenvolvimento sustentável do país.

Em suma, o exemplo de Israel demonstra como a teoria da privação relativa pode ser aplicada na prática. Ao enfrentar a escassez de água com base em conhecimento especializado, o país encontrou soluções eficazes, como a dessalinização da água do mar e o reuso de água, mostrando ao mundo como a capacidade de adaptação é essencial para lidar com desafios significativos. Essa lição pode servir de inspiração para outros países que enfrentam problemas similares, destacando a importância de investir em capital humano e desenvolvimento tecnológico para garantir um futuro mais sustentável e evitar o afloramento de descontentamento ou injustiça causado pela privação de recursos ambientais, nesse caso recursos hídricos.

No contexto a Guerra dos Seis Dias, a dependência de Israel em relação ao Rio Jordão para atender suas necessidades hídricas era mais acentuada. Isso seguramente porque, naquela época, a tecnologia para fontes alternativas para o fornecimento de água, como a dessalinização da água do mar ou o reaproveitamento de água proveniente do esgoto, ainda não proporcionava a produção em larga escala.

A própria intenção de da Síria em desviar as nascentes do Rio Jordão e impedir o cultivo das zonas desmilitarizadas por Israel, revela o quanto é e sempre foi importante e preocupante o controle da principal fonte desse recurso natural, que, no caso em questão, são as Colinas de Golã. Essa região é de grande importância pois abriga as nascentes dos rios que formam a Bacia do Rio Jordão e quem as controla, pode interferir no fluxo de água do Rio Jordão e afetar drasticamente a vida e a economia de todo o Estado.

No próximo capítulo, finalizaremos nossa pesquisa e responderemos a uma pergunta importante: até que ponto a questão da água influenciou a decisão de Israel de considerar as Colinas de Golã como um alvo militar durante a Guerra dos Seis Dias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação buscou-se analisar a influência dos recursos hídricos na definição dos objetivos militares da Guerra dos Seis Dias, mais precisamente no que concerne as Colinas de Golã, ponto vital para a garantia do controle do fluxo de água do Rio Jordão, para então responder a seguinte pergunta: qual foi a influência da questão hídrica que levou Israel a considerar as Colinas de Golã como um alvo militar durante a Guerra dos Seis Dias? Para atingir a esse objetivo, foi feito um confronto entre a Teoria da Privação Relativa de Homer-Dixon e Blitt e a Guerra dos Seis Dias entre Israel e os povos árabes Egito, Síria, Jordânia e Iraque, delimitando-se o estudo entre o nascimento de Israel e o conflito em questão.

Foi apresentada a Teoria da Privação Relativa de Homer-Dixon e Blitt que estabelece que a escassez ambiental pode gerar uma percepção de desigualdade no acesso à água e se tornar um fator gerador de conflitos internos aos Estados ou mesmo entre Estados.

Essa teoria mostra que fatores decorrentes da escassez ambiental podem gerar ou agravar conflitos entre grupos devido à ampliação simultânea das frustrações das populações afetadas e alterações das oportunidades políticas que tornam a violência como uma resposta viável a essas frustrações. Porém, essa violência não é inevitável. Caso os indivíduos sejam membros de grupos organizados em torno de divisões sociais claras, como etnia, religião ou classe, suas queixas podem ser expressas e atendidas ao nível Grupal. Israel se enquadra, internamente, nesse quadro e isso diminui o risco de conflitos internos.

Foi abordado a relação entre Israel e o Rio Jordão, e sua importância para o país como fonte hídrica, haja vista a localização do Estado em uma região árida e a presença de uma população que em 2020 consumiu 2,23 km³ de água. Vimos que essa dependência atualmente é amenizada com o uso de tecnologia para a dessalinização de água do mar e reuso de águas residuais. Porém, devido à incipiência dessas tecnologias, por ocasião da Guerra dos Seis Dias, essa dependência do rio Jordão era ainda maior. Tal dependência, incutiu em Israel a necessidade de controlar as Colinas de Golã, por se tratar do local que abriga as nascentes dos rios que compõe a Bacia do Rio Jordão, a fim de se evitar que o controle do fluxo do Rio Jordão fique em mãos inimigas.

Com o estudo da Guerra dos Seis Dias, foi percebido que essa se tratou de um conflito baseado no princípio da legítima defesa preventiva devido ao posicionamento de tropas

egípcias no deserto do Sinai e o bloqueio do Estreito de Tiran. Careceu de planejamento político e estratégico por parte de Israel e as ocupações conquistadas foram determinadas no curso das batalhas. Com relação às Colinas de Golã, houve pressão por parte dos colonos do norte de Israel para que fossem tomadas medidas para protegê-los das forças sírias. Apesar de inicialmente ser contrário a um ataque à Síria, o Ministro da Defesa mudou de ideia ao receber informações sobre o abandono dos quartéis da cidade síria de Quneira e a desocupação das Colinas de Golã.

Ao final do conflito foi feita uma proposta por parte de Israel em que ele se propunha a renunciar às áreas ocupadas em troca de, entre outras demandas, da não interferência no fluxo de água das nascentes do Rio Jordão. Isso mostra a importância dada por Israel à sua segurança hídrica e preocupação em não ficar submetido aos interesses sírios nessa questão.

Analisando o contexto histórico desde a criação do Estado de Israel até o término da Guerra dos Seis dias à luz da Teoria da Privação Relativa de Homer-Dixon e Blitt, verifica-se maior aderência da teoria ao período que antecede o conflito, onde Israel é um exemplo de adaptabilidade prevista na Teoria da Privação Relativa, pois conseguiu, graças a disponibilidade de capital e existência de profissionais altamente qualificados, como cientistas, engenheiros e gestores corporativos e governamentais, cujo conhecimento especializado é fundamental para enfrentar esses desafios, criar inovações para se contrapor, se adaptar às limitações de água. Como exemplo pode-se citar o processo de dessalinização da água do mar e o processo de reúso de água.

A pesquisa mostrou que Israel sempre teve consciência da grande importância que as Colinas de Golã representavam para sua segurança hídrica por serem o local que abrigam as nascentes do Rio Jordão. Porém, durante o conflito, por se tratar de um conflito inesperado e não ter sido realizado nenhum planejamento a respeito de objetivos, percebe-se que a conquista das Colinas de Golã teve como causa principal, um motivo estratégico-militar para atender a necessidade de proteção dos colonos do norte. A questão hídrica, seria um motivo secundário que reforçou a iniciativa de aproveitar a oportunidade apresentada da ausência militar síria na região.

Procurando responder ao questionamento central do trabalho, observou-se que a questão hídrica influenciou de forma secundária a escolha das Colinas de Golã como alvo militar durante a Guerra dos Seis Dias, sendo a questão estratégico-militar de defesa a principal causa dessa escolha.

Por fim, sugere-se para um próximo estudo, a ampliação da pesquisa a fim de encontrar pontos de aderência entre a Teoria da Privação Relativa e a geopolítica do Oriente Médio como um todo, especialmente ao relacionamento dos Estados dessa região no que tange ao controle e consumo do recurso proveniente de suas fontes hídricas.

REFERÊNCIAS

Merton, Robert King. *Social Theory and Social Structure*. New York, Free Press, 1968

THD. “Biography - Third Person • Thomas Homer-Dixon.” *Thomas Homer-Dixon*. Disponível em: homerdixon.com/biography-third-person/. Acesso em 10 de agosto de 2023.

The Editors of Encyclopaedia Britannica. “Robert K. Merton | American Sociologist | Britannica.” *Encyclopædia Britannica*, 2019. Disponível em: www.britannica.com/biography/Robert-K-Merton. Acesso em 10 de agosto de 2023.

Homer-Dixon, Thomas, and Jessica Blitt. *Ecoviolence: Links among Environment, Population and Security*. Lanham (Md.), Rowman & Littlefield, 1998, p. 246.

UNITED NATIONS. “Day of Eight Billion, 15 November 2022 | Population Division.”, 2022. Disponível em: www.un.org/development/desa/pd/events/day-eight-billion. Acesso em 21 de junho de 2023.

“Recursos Naturais.” *Toda Matéria*, 2022. Disponível em: www.todamateria.com.br/recursos-naturais/. Acesso em 10 de agosto de 2023.

UNITED NATIONS. The United Nations World Water Development Report 2021: Valuing Water. Disponível em <https://www.unesco.org/reports/wwdr/2021/en>. Acesso em 9 de agosto de 2023.

“Rio Senegal – BioMania”. Disponível em: biomania.com.br/artigo/rio-senegal. Acesso em 10 de agosto de 2023.

“Até 2030 Planeta Pode Enfrentar Déficit de Água de Até 40%, Alerta Relatório Da ONU.” *Brasil*, 2015. Disponível em: brasil.un.org/pt-br/68965-at%C3%A9-2030-planeta-pode-enfrentar-d%C3%A9ficit-de-%C3%A1gua-de-at%C3%A9-40-alerta-relat%C3%B3rio-da-onu. Acesso em 19 de julho de 2023.

Israel in Figures Selected Data from the Statistical Abstract of Israel 2021. 2022. Disponível em: www.cbs.gov.il/he/publications/DocLib/isr_in_n/isr_in_n22h.pdf. Acesso em: 03 de julho de 2023.

Miranda, Ana. “O QUE É OSMOSE REVERSA? – NasceCME.” *NASCECME*, 30 May 2014. Disponível em: www.nascecme.com.br/o-que-e-osmose-reversa/. Acesso em 10 de agosto de 2023.

PETRIN, Natália. Rio Jordão. Todo Estudo. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/geografia/rio-jordao>. Acesso em: 03 de julho de 2023.

Winter, Chase. “O Que São as Colinas de Golã E Qual a Sua Importância? – DW – 22/03/2019.” *Dw.com*, 22 Mar. 2019. Disponível em: www.dw.com/pt-br/o-que-s%C3%A3o-as-colinas-de-gol%C3%A3-e-qual-a-sua-import%C3%A2ncia/a-48025078. Acessado em 3 de julho de 2023.

Magnoli, Demétrio. *História Das Guerras*. 3rd ed., Editora Contexto, 2 Oct. 2006, p. 469.

Ribeiro, Amarolina. “Assoreamento de Rios E Córregos - Geologia.” *InfoEscola*. Disponível em: www.infoescola.com/geologia/assoreamento/. Acesso em 09 de agosto de 2023.

CONIB. “Nelson Kuperman Vai Falar Sobre a Importância Do Primeiro Congresso Sionista”. 2022. Disponível em: conib.org.br/component/zoo/37083-nelson-kuperman-vai-falar-sobre-a-importancia-do-primeiro-congresso-sionista.html. Acesso em 10 de agosto de 2023.

BBC. “Sykes-Picot: O Acordo Secreto Que Está Na Raiz de Conflitos No Oriente Médio.” *BBC News Brasil*, 16 May 2016. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891. Acesso em 10 de agosto de 2023.

Bar-Zohar, Michael. “David Ben-Gurion | Prime Minister of Israel.” *Encyclopedia Britannica*. Disponível em: www.britannica.com/biography/David-Ben-Gurion. Acesso em 10 de agosto de 2023

“Golda Meir | Biography & Facts.” *Encyclopædia Britannica*, 2019. Disponível em: www.britannica.com/biography/Golda-Meir. Acesso em 10 de agosto de 2023.

Oren, Michael B. *Seis Dias de Guerra: junho de 1967 E a Formação Do Moderno Oriente Médio*. Rio De Janeiro, Bertrand Brasil, 2010, p. 529.

Robert St. John. “Gamal Abdel Nasser | Biography & Facts.” *Encyclopædia Britannica*, 11 Jan. 2019. Disponível em: www.britannica.com/biography/Gamal-Abdel-Nasser. Acesso em 10 de agosto de 2023.

“Aḥmad Shuqayrī | Palestinian Political Leader | Britannica”. Disponível em: [Www.britannica.com, www.britannica.com/biography/Ahmad-Shuqayri](http://www.britannica.com/biography/Ahmad-Shuqayri). Acesso em: 10 de agosto de 2023.

“Levi Eshkol | Prime Minister of Israel.” *Encyclopedia Britannica*. Disponível em: www.britannica.com/biography/Levi-Eshkol. Acesso em 10 de agosto de 2023.

“Yitzhak Rabin | Biography, Nobel Peace Prize, Death, & Facts | Britannica.” *Encyclopædia Britannica*, 2019. Disponível em: www.britannica.com/biography/Yitzhak-Rabin. Acesso em 10 de agosto de 2023.

BBC. “Os Seis Dias Que Já Duram 50 Anos: A Guerra Que Mudou Para Sempre O Oriente Médio.” *BBC News Brasil*, 10 June 2017. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/internacional-40200042. Acesso em 10 de agosto de 2023.

Junior, Antonio Gasparetto. “Faixa de Gaza - História.” *InfoEscola*. Disponível em: www.infoescola.com/oriente-medio/faixa-de-gaza/. Acesso em 10 de agosto de 2023.

Limbach, Raymond. "Blitzkrieg | Definition, Translation, & Facts." *Encyclopædia Britannica*, 27 Dec. 2018. Disponível em: www.britannica.com/topic/blitzkrieg. Acesso em 10 de agosto de 2023.